

O subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado um diagnóstico dinâmico (1950-64)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo expor a evolução do diagnóstico do subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado entre 1950 e 1964, período de atuação na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), dentro da hipótese de que ele elabora um diagnóstico dinâmico do subdesenvolvimento, que no decorrer do tempo ganha um caráter mais amplo (além dos marcos da ciência econômica), reflexo do quadro de crise econômica no início da década de 1960 no Brasil. A fim de que tal intento seja alcançado, analisaremos suas obras no período 1950-64, da perspectiva da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, isto é, situando-as no quadro social, político e econômico vivido no período e também no debate sobre a temática do subdesenvolvimento, em especial na América Latina.

Palavras-chave

Subdesenvolvimento, desenvolvimento, pensamento de Celso Furtado.

ABSTRACT

This work seeks to outline the evolution of the definition of underdevelopment present in the thoughts of Celso Furtado during the period between 1950 and 1964, when he worked at the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), and at the Sudene (Superintendency for the Development of the Northeast [of Brazil]), within the theory that he develops a dynamic definition of underdevelopment, which, over time, assumes a broader scope (as well as the marks of economic science) that reflects the economic crisis suffered by Brazil at the beginning of the 1960s. To this end we have analyzed his works, produced during the 1950-64 period, from the perspective of Karl Mannheim's sociology of knowledge. In other words, we have placed them within the social, political and economic context of that time, as well as within the debate on the subject of underdevelopment, especially in Latin America.

Keywords

Underdevelopment, development, the thoughts of Celso Furtado.

Introdução: Breves considerações sobre a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim

Para que possamos analisar a contento o diagnóstico dinâmico do subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado, faz-se necessária uma breve exposição sobre o método adotado neste trabalho, o da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, tal como procedemos nos parágrafos que seguem.

A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim é explicada no livro *Ideologia e utopia* e apresenta as seguintes características:

- I) Não parte do indivíduo isolado, pois o pensamento está sempre inserido num contexto concreto de uma situação histórico-social; logo, emerge de determinados grupos de homens numa busca de respostas a situações comuns.
- II) Não separa os modos de pensamento concretamente existentes do contexto da ação coletiva, pois é através dela, num sentido intelectual, que se descobre inicialmente o mundo.

A utilização da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim se justifica porque:

- I) Foi o instrumental de análise adotado por Celso Furtado.
- II) Esse instrumental permite compreender o diagnóstico dinâmico do desenvolvimento elaborado por Celso Furtado nas décadas de 1950 e 1960, dentro do contexto em que ele está inserido: *a*) afirmação do Terceiro Mundo logo após a Segunda Guerra Mundial; *b*) debate no Brasil e no mundo sobre a questão nacional e sobre a diferença entre desenvolvimento e subdesenvolvimento (temas extremamente interligados no período).

A partir dessa justificativa, inicialmente exporemos de maneira resumida o debate acerca do diagnóstico do subdesenvolvimento. A partir daí, inseriremos Furtado nesse debate, mostrando sua reflexão no período da Cepal e no da Sudene, chamando atenção para as continuidades e mudanças em seu diagnóstico do subdesenvolvimento dentro da hipótese de que ele elabora um diagnóstico dinâmico do subdesenvolvimento, isto é, que no decorrer do tempo ganha um caráter mais amplo (além dos marcos da ciência econômica), reflexo do quadro de crise econômica vivido pelo Brasil no início da década de 1960.

O debate sobre o diagnóstico do subdesenvolvimento no mundo e no Brasil

1. Tese adotada por Furtado em sua reflexão.

Dentro do instrumental da sociologia do conhecimento, tecemos a seguir um comentário acerca do debate sobre o diagnóstico do subdesenvolvimento no mundo e no Brasil.

Tal debate se justifica na busca da compreensão dos pontos de estrangulamento da construção da nação, explicada pelo fato de após a Segunda Guerra Mundial ter ocorrido um movimento de afirmação nacionalista do Terceiro Mundo, manifestado nas lutas pela independência no mundo colonial e na tentativa de superação do subdesenvolvimento, ponto analisado aqui com ênfase na América Latina.

Dentro desse debate, numa linha de reflexão na qual a civilização ocidental é vista como modelo e símbolo da modernidade, destacamos as reflexões de Rostow em *Etapas do desenvolvimento econômico*: segundo o autor, o caminho do desenvolvimento econômico pelo qual passaram os países desenvolvidos (EUA e Europa) pode ser facilmente seguido pelos países atrasados, que assim são devido ao fato de estarem presos a culturas arcaicas, ou seja, a tradição emperra sua modernização e seu crescimento econômico. Nesse texto existe uma preocupação mais específica de diagnosticar o subdesenvolvimento como obstáculo à modernidade, na busca de construir nações dentro dos moldes ocidentais.

Na mesma linha de argumentação de Rostow, os autores do livro *Nações em desenvolvimento*, reunião de estudos de pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT), apresentam o subdesenvolvimento como uma consequência de tradições arraigadas de sociedades localizadas fora do mundo desenvolvido. Para os autores, devido ao contato com as sociedades mais adiantadas do Ocidente, as sociedades tradicionalistas viviam desde o século XVI (mas com mais intensidade desde o final do século XIX) um longo processo de esfacelamento de seus antigos valores culturais, mas que ainda não tinha se completado, o que explicava tal atraso. Nesse processo, portanto, o colonialismo teve função importantíssima.

Contudo, há outros diagnósticos do subdesenvolvimento não totalmente de acordo com aqueles expostos nos textos de Rostow e de Millikan & Blackmer, como se poderá observar adiante.

Ragnar Nurkse, em *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos* (1957), afirma (utilizando um enfoque schumpeteriano) que a escassez de capital nos países periféricos é o principal fator da falta de dinamismo dessas economias. Além disso, a tendência à imitação dos padrões de consumo dos países desenvolvidos, com o consumo de luxo, seria fator de desperdício da parca poupança da periferia.¹ O autor, então, propõe a ação combinada de vários investimentos ao mesmo tempo, a fim de que cada empreendimento garanta o mercado dos demais.

Myrdal (1972, p. 21) expõe uma realidade na qual os países industrializados são os que mais estão se industrializando, enquanto nos países subdesenvolvidos, onde as rendas são muito baixas, a formação de capital e o investimento tendem geralmente a ser bem menores, mesmo em relação a essas rendas. Deveriam, ao contrário, ser relativamente maiores, para equilibrar o ritmo de desenvolvimento, uma vez que nos países mais pobres o aumento natural da população costuma ser mais rápido. Esse incremento é o resultado de determinada relação entre os índices de natalidade e os de mortalidade, quando ambos se situam em nível muito alto, o que, ademais, tende a tornar menos vantajosa a distribuição etária de suas populações. Em consequência disso – e da tradição de estagnação que se radicou em toda a cultura –, o desenvolvimento econômico se processa mais lentamente. Muitos desses países, nos últimos decênios, chegaram mesmo a retroceder no que diz respeito à renda média.

Mesmo os países da América Latina, que apresentaram considerável desenvolvimento econômico desde a década de 1930, não devem ser excluídos do rol de países subdesenvolvidos, porque tal fato se limitou às cidades e aos portos, enquanto as massas rurais continuaram em situação de extrema penúria e estagnação.²

Dentro desse processo, ocorre a tendência para as desigualdades econômicas regionais nos países subdesenvolvidos, caso a economia seja deixada ao livre jogo das forças de mercado, indo de encontro ao que a teoria econômica convencional apregoa como opção para o desenvolvimento econômico, que não leva em conta os fatores não econômicos, como a presença do Estado planejador nas economias subdesenvolvidas.³

Na América Latina, destacamos a contribuição original da Cepal na busca de diagnosticar o subdesenvolvimento, que pode ser observada a partir das reflexões que Raúl Prebisch empreendeu à frente dessa instituição e dividida em dois períodos: o primeiro, situado entre o final da década de 1940 e meados da de 1950, que, utilizando a expressão de Reino (1994, p. 27), podemos denominar de “concepção inicial”; e o segundo, no início da década de 1960, caracterizado como de mudanças e crítica a essa concepção.

O diagnóstico do subdesenvolvimento dentro da concepção inicial pode ser resumido nos seguintes pontos:

- I) Existe uma considerável desigualdade no nível de renda média entre os países industriais e os países produtores e exportadores de bens primários, refutando a justificativa básica tanto da teoria clássica quanto do padrão histórico de desenvolvimento (baseado nas exportações de bens primários dentro da teoria do comércio internacional das vantagens comparativas), os quais afirmam que os frutos do progresso técnico seriam repartidos igualmente entre todos os países.⁴

2. Subjacente a essa análise, há uma concordância do autor com a ideia de Nurkse de “círculo vicioso da pobreza”, devido ao fato de nela estar contido, segundo Myrdal (1972, p. 33-34), o método mais objetivo de análise da mudança social, contrapondo-se à noção de estabilidade aplicada à realidade social, vista como um processo tendente a um estado de equilíbrio entre forças diversas.

3. A reflexão de Myrdal é de fundamental importância para Celso Furtado, pois constituiu a base da elaboração de suas reflexões sobre o subdesenvolvimento.

4. Cf. GURRIERI (1982, p. 15-16).

- II) O fato de o nível de renda média dos países latino-americanos ser bastante inferior àquele dos países industrializados é explicado a partir do fato de que esses países fazem parte de um sistema de relações econômicas internacionais denominado por Prebisch de “centro/periferia”.
- III) Dentro das relações comerciais entre o centro (produtor de bens industriais) e a periferia (produtora de bens primários), há uma deterioração dos termos de intercâmbio, manifestada na tendência secular à queda dos preços relativos das exportações latino-americanas.⁵ Além disso, tal deterioração seria uma manifestação do comportamento pró-cíclico dessas economias.

O diagnóstico do subdesenvolvimento elaborado por Prebisch nos primeiros tempos da Cepal sofre algumas modificações devido ao fato de que no início da década de 1960 a América Latina vivia um período de deterioração de sua situação econômica e social (além da perda de influência da Cepal), apesar da industrialização. A análise de Prebisch (1964a; 1964b), então, passa pelas seguintes modificações:

- I) O processo de industrialização por si só não traz automaticamente mais equidade na distribuição de renda, sendo necessárias, portanto, ações dirigidas para esse fim.
- II) Ampliação da teoria do desenvolvimento com a inclusão de problemas de caráter sociológico e político (com a importante ajuda de José Medina Echevarría).
- III) Maior preocupação com o problema da democracia, tema ausente por completo na década de 1950 e que alcança ênfase máxima nas décadas de 1970 e 1980.
- IV) Preocupação com a questão da distribuição de riqueza e de renda, rígida e desigual.

No Brasil, percebe-se, entre 1950 e 1964, uma intensa discussão sobre o diagnóstico do subdesenvolvimento, como se poderá observar resumidamente nas linhas a seguir.

Havia o confronto de dois campos antagônicos: o liberalismo econômico e o desenvolvimentismo, que remonta à década de 1940, com a controvérsia entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín, intensificada na década de 1950 (contando ainda com a participação de Gudín e não mais com a de Simonsen, morto em 1948) com a entrada em cena de vários intelectuais e instituições especializadas, destacando-se Celso Furtado e a Cepal, que não só deram consistência às ideias desenvolvimentistas antes apenas esboçadas como também participaram da polêmica brasileira.

5. Segundo REINO (1994, p. 28), esta reflexão foi feita de forma paralela por Hans Singer (*Revista Brasileira de Economia*, março 1950), o que originou a chamada “tese Prebisch-Singer”.

Ocorreu, então, um grande impulso da ideologia desenvolvimentista, com adesão de boa parte da esquerda (inclusive do PCB), mas com a liderança de um grupo de intelectuais de centro-esquerda denominado Grupo de Itatiaia, que se transformaria em 1956 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), no qual foi amadurecido o “nacional-desenvolvimentismo”, versão ligeiramente mais nacionalista do desenvolvimentismo pregado pela Cepal.⁶

A partir das reflexões expostas acima, passaremos para a exposição do diagnóstico do subdesenvolvimento elaborado por Furtado nos períodos da Cepal e da Sudene.

O diagnóstico do subdesenvolvimento de Celso Furtado no período da Cepal

Entre 1948 e 1959, Furtado participa do primeiro grupo da Cepal, cujos documentos acerca do diagnóstico do subdesenvolvimento refletem também a posição do autor sobre esse fenômeno. Porém, mesmo com essa adesão, ele trilha um caminho próprio na busca de entender com mais clareza esse fenômeno ao fazer uma fundamentação teórica, a nosso ver, mais aprofundada que a de Prebisch, que, apesar de ter feito críticas à concepção dominante da ciência econômica com a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, pouco aprofundou essa crítica e essa teoria alternativa. Não queremos dizer com isso, obviamente, que a reflexão de Prebisch não tem nenhuma importância. Muito ao contrário: é um marco no pensamento econômico por ter lançado a semente, mas isso não nos isenta de mostrar que Furtado foi quem se aprofundou mais nesse terreno em textos das décadas de 1950 e 1960, como observaremos adiante.

O primeiro trabalho de Furtado dentro dessa linha de fundamentação teórica e crítica à concepção dominante de que temos notícia é o artigo “Formação de capital e desenvolvimento econômico” (2007),⁷ que traz uma resposta do autor às considerações de Ragnar Nurkse sobre o subdesenvolvimento em seis conferências proferidas na Fundação Getúlio Vargas em julho e agosto de 1951, reunidas na Revista Brasileira de Economia⁸ e depois, com revisões e acréscimos, publicadas no livro *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos* (1957), que analisamos no item anterior.

Nessa discussão, Furtado caminha ainda muito dentro do terreno da ciência econômica, mas, dadas as influências de sua formação no que se refere ao papel da história, ele dá seus passos para um diagnóstico do subdesenvolvimento em bases cada vez mais interdisciplinares. Apesar das mediações sobre a singularidade desse fenômeno, há nele de maneira muito forte o modelo dos países desenvolvidos.

6. O PCB, apesar de comungar das propostas da Cepal e dos desenvolvimentistas nacionalistas (como Celso Furtado) para a superação do subdesenvolvimento (isto é, pela industrialização com planejamento estatal), adotava, para o diagnóstico do subdesenvolvimento, a perspectiva marxista e as teses da III Internacional Comunista para os países coloniais e atrasados. No âmbito marxista, destacam-se as reflexões de Caio Prado Júnior, que discorria da tese da etapa feudal brasileira, defendida pelo PCB. Em posição independente, o pensamento de Ignácio Rangel combina as teorias de Marx e Keynes para diagnosticar o subdesenvolvimento brasileiro.

7. Publicado pela primeira vez em 1952.

8. Essas conferências estão também reunidas em *Memórias do desenvolvimento* (junho de 2007, p. 17-192).

No período cepalino de Furtado também destacamos as obras *A economia brasileira* (1954), *Uma economia dependente* (1956) e *Perspectivas da economia brasileira* (1958), que analisamos sucintamente nos parágrafos que seguem.

Em Furtado (1954), é patente a preocupação em entender a economia brasileira do período através do uso instrumental da história para compreender as características peculiares de uma economia subdesenvolvida como a nossa. Tal fundamentação histórica corrobora sua crítica às ideias sobre desenvolvimento econômico defendidas nos países centrais, aprofundada em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961, como veremos mais à frente. O livro é dividido em três partes. A primeira analisa as categorias fundamentais do processo histórico do crescimento econômico, comparando as economias comerciais com as industriais, nas quais o mercado interno atua como fator dinâmico e o progresso técnico é articulado com a formação de capital. A segunda parte trata da história econômica do Brasil, desde a unidade colonial exportadora escravista, passando pela economia colonial cafeeira com mão de obra assalariada e pela crise dessa economia com o deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno e a indústria, até os efeitos da política cambial nascente sobre essa atividade.⁹ A terceira parte apresenta uma formulação teórica do crescimento econômico, na qual o autor mostra como se dá o processo de desenvolvimento nos países centrais e o de subdesenvolvimento nos países periféricos, e como esses dois processos são, na verdade, um só, além de mostrar como a teoria econômica aborda esse problema.

Esse livro é uma reunião das reflexões de Furtado nas três frentes em que ele trabalhava no período (como ele afirma em *A fantasia organizada*, de 1985): i) teoria do desenvolvimento: gênese histórica e mecanismos de acumulação; ii) perspectiva histórica e problemas atuais da economia brasileira; iii) crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico. Cabe destacar sua preocupação de mostrar que o sucesso da colonização no Brasil e o fracasso nos EUA são as raízes da situação de subdesenvolvimento que obstaculiza a construção e a afirmação da nação brasileira em suas potencialidades, dadas as semelhanças de recursos naturais e de tamanho do território entre esses dois países.

O livro *Uma economia dependente* (1956) na verdade se compõe de partes do livro de 1954.

O livro *Perspectivas da economia brasileira* (1958) é uma transcrição de conferências proferidas no Iseb em 1957, que giraram em torno de três temáticas:

- I) Equacionamento do problema do desenvolvimento da economia brasileira na etapa vivida na década de 1950 (industrialização planejada a partir de 1956).
- II) Análise de suas tendências fundamentais.
- III) Tentativa de determinar os principais fatores que poderiam reduzir o ritmo desse desenvolvimento nos anos que se seguiriam.

9. A segunda parte desse livro constitui um aprofundamento de sua tese de doutorado, *L'Économie Coloniale Brésilienne*, defendida em 1948 na Universidade de Paris (Sorbonne), e também do artigo "Características gerais da economia brasileira" (1950).

Nessas conferências, ao desenvolver essas temáticas, Furtado caracteriza o Brasil como um imenso contínuo territorial dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico. Tirando aproximadamente dois terços do território nacional (que na época eram um imenso vazio demográfico e econômico), o restante se dividia em dois sistemas econômicos autônomos: o sistema nordestino, que rigorosamente não podia ser considerado como tal devido à ausência do grau de integração necessário e à presença maciça de atividades de subsistência; e o sistema da região centro-sul do país, relativamente integrado (havia importantes faixas de atividade econômica não vinculadas ao mercado e penetração desigual da economia monetária em seu território). Neste sistema, o dinamismo estava ligado ao setor do comércio internacional e ao setor industrial. E a articulação desses setores é que explica a aceleração do ritmo de crescimento da economia dessa região após 1948.

Na análise de Furtado, podemos observar que há um diagnóstico do subdesenvolvimento como obstáculo à construção da nação, mesmo numa situação de industrialização crescente, porque a própria existência de dois sistemas econômicos mostra uma situação de disparidades regionais que precisavam ser sanadas através do planejamento.

Após sua saída da Cepal, em 1958, Furtado passa um período na Universidade de Cambridge, local em que pesquisa e escreve o livro *Formação econômica do Brasil* (FEB), considerado pela maioria dos cientistas sociais e estudiosos de seu pensamento como sua principal obra devido ao fato de estar centrada na análise da evolução econômica do Brasil com a utilização do modelo keynesiano. Tal livro também se constitui numa ampliação da sua tese de doutorado de 1948, do seu artigo de 1950 e do seu livro de 1954. Outro ponto importante nessa obra é que a preocupação com as disparidades regionais se apresenta cada vez mais realçada nas reflexões de Furtado, apesar dos avanços na industrialização. Ele defende a necessidade de políticas de desenvolvimento que almejassem o fim dessa situação, para que a nação continuasse seu processo de formação e construção.

O diagnóstico do subdesenvolvimento de Celso Furtado no período da Sudene

As reflexões feitas em FEB inspiram Furtado no retorno ao Brasil, pois ele toma para si o equacionamento do problema das disparidades regionais, em especial o atraso do Nordeste em relação ao centro-sul, mais desenvolvido. Furtado atua no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) na área do Nordeste, intervém no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e reivindica de Juscelino Kubitschek atenção especial à região, o que se concretiza na Operação Nordeste (explicada no Iseb em 1959 e transformada em livro) e no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno). O autor lança o documento “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste” (1959), escrito por ele mas com autoria atribuída ao GTDN.

Dentro das articulações em prol do Nordeste, temos como fruto a Sudene, instituída em 1960, sob a liderança de Furtado, seu primeiro superintendente, até o golpe de 1964, sem contar a interrupção de alguns meses no Ministério do Planejamento no governo de João Goulart.

Durante esse período Furtado lança os livros *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962) e *Dialética do desenvolvimento* (1964), que analisamos sucintamente nas linhas abaixo.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento é uma compilação de estudos sobre a contraposição desenvolvimento/subdesenvolvimento. Na primeira parte do livro o autor situa a teoria do desenvolvimento dentro da teoria econômica (através da análise da economia política clássica, da economia neoclássica, de Marx, de Schumpeter e de Hansen – inspirado em Keynes) e ressalta a importância dos processos históricos na constituição do desenvolvimento econômico. Essa parte do livro é um aprofundamento do último capítulo de *A economia brasileira*.

Na segunda parte, o autor tece críticas à concepção da teoria do desenvolvimento nos grandes centros universitários do mundo ocidental. Para ele, há um propósito limitado de mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento de produção de uma economia. Ocorre, segundo Furtado, a ignorância do fato de que o desenvolvimento econômico tem uma nítida dimensão histórica, como se pode observar a partir da Revolução Industrial. Por isso, para entender o subdesenvolvimento, seria preciso um esforço de teorização autônomo e com forte dimensão histórica.

A pré-revolução brasileira tem como objetivo principal, segundo Furtado, esclarecer a juventude universitária brasileira sobre as grandes transformações pelas quais o Brasil passava naquele momento. Destacamos do livro uma primeira crítica ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país e que ele defendia: não houve modificação nas condições de vida de 75% da

população brasileira; muito ao contrário, houve uma crescente concentração social e geográfica de renda, além de um aumento relativo da renda da terra. No plano político-administrativo, a ampliação e a diversificação das funções do Estado não foram acompanhadas das necessárias reformas de base do próprio Estado, o que colaborou para o enorme aumento do coeficiente de desperdício na ação administrativa pública. Dessa análise, podemos observar que o diagnóstico de Furtado acerca do desenvolvimento é dinâmico, significando para ele que durante a ação para superá-lo é possível reavaliá-lo.

Em *Dialética do desenvolvimento* o autor observa os fatores dinâmicos da economia brasileira se debilitarem devido à conformação das forças políticas no período (das quais algumas apoiariam o golpe de 1964), que impedem a superação dos obstáculos estruturais do subdesenvolvimento. Sua análise se torna mais interdisciplinar, indo além de uma crítica dentro do campo da economia apenas, tal como se via fortemente nas obras anteriores, além de reforçar a crítica aos resultados da industrialização planejada na década de 1950, mantendo a dinamicidade de seu diagnóstico.

Considerações finais

A partir das reflexões empreendidas neste trabalho, podemos constatar que o diagnóstico de Furtado sobre o subdesenvolvimento é dinâmico, coerente com o método da sociologia do conhecimento de Mannheim, pois os fatos levam a uma reelaboração permanente das características do subdesenvolvimento. Observamos também semelhanças com o caminho que Prebisch toma ao diagnosticar o subdesenvolvimento na década de 1950 e reelaborá-lo na década de 1960 a partir de alguns efeitos negativos advindos da industrialização.

Após o golpe de 1964, Furtado é cassado e parte para o exílio, onde continua suas reflexões sobre o subdesenvolvimento, mantendo sempre o caminho dinâmico ao pensar esse fenômeno.

A partir do que refletimos, da perspectiva da sociologia do conhecimento de Mannheim, podemos comprovar como o pensamento está inserido num contexto concreto de uma situação histórico-social e que, portanto, emerge de determinados grupos de homens numa busca de respostas aos problemas comuns.

§

Referências bibliográficas

- BIELSCHOWSKY, R.. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CEPÊDA, V. A. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses*. Tese de doutorado em ciência política. São Paulo: FFLCH/USP, 2003.
- FURTADO, C. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Tese de doutorado (1948). São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.
- _____. “Características gerais da economia brasileira”. *Revista Brasileira de Economia*, ano 4, nº 1. Rio de Janeiro: FGV, março 1950, p. 7-36.
- _____. “Formação de capital e desenvolvimento econômico”. *Memórias do Desenvolvimento*, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Públicas para o Desenvolvimento, junho 2007, p. 193-229 (publicado originalmente na *Revista Brasileira de Economia*, ano 6, nº 3, setembro de 1952).
- _____. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- _____. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- _____. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1ª edição: 1959).
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 1985.
- _____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 1989.
- GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.
- GURRIERI, Adolfo. *La Obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MALLORQUIN, Carlos. “Lucha, Poder y Desencanto: Los Primeros Tiempos de Celso Furtado”. In MARINI, R. M. e MILLÁN, M. (orgs.), *La Teoría Social Latinoamericana: Subdesarrollo y Dependencia*, vol. II. México: Ediciones El Caballito, 1994, p. 41-72.
- _____. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972 (publicado originalmente em alemão em 1929).
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Polis, 1984.
- MILIKAN, M. F. & BLACKMER, D. L. M. (orgs.). *Nações em desenvolvimento: a sua evolução e a política americana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Saga, 1972 (publicado originalmente em inglês em 1956).
- NURKSE, R. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. Publicado em versão anterior na *Revista Brasileira de Economia*, ano 5, nº 4, reunindo seis conferências proferidas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, dezembro 1951; as conferências foram republicadas depois em *Memórias do Desenvolvimento*, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, junho 2007, p. 17-192.
- PREBISCH, R. “El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas”. In *Estudio Económico de la América Latina 1948*. Santiago do Chile: Cepal, 1949.
- _____. *Estudio Económico de la América Latina 1949*. Santiago do Chile: Cepal, 1950.
- _____. *Problemas Teóricos y Prácticos del Crecimiento Económico*. Santiago do Chile: Cepal, 1951.
- _____. “El Estímulo de la Demanda, las Intervenciones y la Aceleración del Ritmo de Crecimiento”. In *Estudio Económico de la América Latina 1954*. Santiago do Chile: Cepal, 1955.
- _____. “La Política Comercial en los Países Insuficientemente Desarrollados (Desde el Punto de Vista Latinoamericano)”. *Economía*, nºs 69-70, vols. XIX e XX. Santiago do Chile: 1960-61 (publicado originalmente em inglês em 1959a), p. 25-45.
- _____. *El Mercado Común Latinoamericano* (primera parte). Nova York: ONU, 1959b.
- _____. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964a (publicado originalmente em espanhol em 1963).
- _____. *Nueva Política Comercial para El Desarrollo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964b.
- RÊGO, R. M. L. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- REINO, J. E. “La Concepción Inicial de Raúl Prebisch y sus Transformaciones”. In MARINI, R. M. & MILÁN, M. (orgs.). *La Teoría Social Latinoamericana*, vol. II: *Subdesarrollo y Dependencia*. México: Ediciones El Caballito, 1994, p. 17-40.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964 (1ª edição: 1961).
- SINGER, H. s“Comércio e investimentos em áreas subdesenvolvidas”. *Revista Brasileira de Economia*, ano 4, nº 1. Rio de Janeiro: FGV, março 1950, p. 81-101.
- TOLEDO, C. N. *Iseb: fábrica de ideologias*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

Recebido em 6/2/2012

e aceito em 7/5/2012